



AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NA ALFABETIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS NO CEARÁ

Lucas Melgaço da Silva

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (2013), mestre e doutorando em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professor efetivo do Município de Maracanaú.

E-mail: lucasmelgaco@alu.ufc.br

Maria Isabel Figueiras Lima Ciasca

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (1988) com habilitação em administração escolar, mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1997) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2003). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Ceará.

E-mail: isabelfil@uol.com.br

Agência Financiadora: não contou com financiamento

RESUMO

O presente estudo é um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Versa sobre avaliação em larga escala na alfabetização e apresenta as características e as estruturas de quatro sistemáticas avaliativas de acompanhamento dos processos ensino-aprendizagem de cunho nacional e estadual, a saber: Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), Provinha Brasil, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará (SPAECE-Alfa), Provinha do PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa), aplicadas no Estado do Ceará. Levando em consideração que todas se tratam de avaliações que mensuram a alfabetização, a pesquisa parte do pressuposto da (in)existência de diálogos que complementem a efetivação de suas propostas. Para tanto, elencamos como objetivos do trabalho descrever, de forma sucinta, as características gerais de cada sistemática, de modo a fazer estudo comparativo das mesmas. A metodologia da pesquisa é de natureza qualitativa, com cunho descritivo. Como principais resultados, no que tange ao objeto do estudo, identificamos falhas estruturais quanto ao retorno dos resultados à sociedade e a observação de



quadros semelhantes ocorridos entre as instâncias administrativas de cada avaliação, porém, sem diálogo aparente entre si.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala. Ensino-aprendizagem. Alfabetização.

ABSTRACT

The present study is a cut of the dissertation developed in the Graduate Program in Brazilian Education of the Federal University of Ceará. Versa on large-scale evaluation in literacy and presents the characteristics and structures of four systematic evaluation of follow-up of the teaching and learning processes of national and state, namely: National Literacy Assessment (ANA), Provinha Brazil, Evaluation of the Basic Education of the State of Ceará (SPAECE-Alfa), Provinha of the PAIC (Literacy Program in the Right Age) applied in the State of Ceará. Taking into account that all are assessments that measure literacy, the research starts from the assumption of (in) existence of dialogues that complement the effectiveness of its proposals. In order to do so, we set out as objectives of the work to describe, briefly, the general characteristics of each system in order to make a comparative study of them. The methodology of the research is qualitative in nature, with a descriptive character. As main results, regarding the object of the study, we identified structural failures regarding the return of results to society and the observation of similar pictures that occurred between the administrative instances of each evaluation, but without any apparent dialogue between them.

Keywords: Large scale evaluation. Teaching-learning. Literacy.

Introdução

Os processos avaliativos que permeiam o ambiente escolar possibilitam ao professor e a todo o sistema educacional a visualização da realidade em que se encontram seus alunos. Essa visualização se dá por meio da obtenção de dados estatísticos e pedagógicos que permitem, dentre diversos aspectos, mudanças de práticas docentes e reorientações de políticas públicas para o ensino.

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Durante o período de um ano, muitos estados e municípios passam por vários momentos de avaliação em larga escala na área de alfabetização, gerando sobrecargas em alunos, professores e gestores educacionais. Alguns, como no Estado do Ceará, chegam a participar de seis desses momentos.

Nesse universo, diversos instrumentos avaliativos são aplicados nas escolas no decorrer do ano letivo. Em especial, alguns desses instrumentos são direcionados à mensuração do nível de escrita e leitura dos alunos que compõem o ciclo de alfabetização, o qual pode ser compreendido do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental.

Focaremos a atenção desse estudo nas avaliações externas aplicadas no Estado do Ceará e iniciaremos nossa discussão por meio do seguinte questionamento: as avaliações em larga escala, na área de alfabetização, aplicadas atualmente no Estado do Ceará têm as mesmas característica e estruturas passíveis de apoiarem o acompanhamento sistemático e contínuo dos processos de ensino-aprendizagem dos alunos?

Para tanto, objetivamos descrever, de forma sucinta, as características gerais de cada sistemática avaliativa e fazer estudo comparativo entre as mesmas, identificando a possibilidade ou (in)existência de diálogo entre elas no acompanhamento sistemáticos das aprendizagens dos alunos.

É evidente que se elas têm as mesmas propostas talvez possam ser unificadas de modo a possibilitarem o acompanhamento da aprendizagem do aluno de uma série a outra. Caso contrário, sejam reduzidas visando à diminuição dos custos operacionais de suas aplicações, além de minimizar os efeitos de sobrecargas emocionais em alunos, professores e gestores educacionais.

O estudo é um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasilei-



ra da Universidade Federal do Ceará. Trata-se de uma aproximação ao tema, o qual trataremos sobre o fenômeno das avaliações externas no ciclo de alfabetização, buscando unir tais temas na consecução de sistemáticas que caminham paralelamente, lançando luz sobre suas similitudes e diferenças.

Breve histórico da avaliação em larga escala no Brasil

No Brasil, as pesquisas sobre avaliação, segundo Libâneo (2012, p. 264), tiveram início no ano de 1930, porém, o início das experiências de avaliação do rendimento escolar em larga escala foi marcado pelo desenvolvimento do Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural (Edurural/NE) EDURURAL no Nordeste do país, datado do início da década de 1980 (GATTI, 1993).

Esse programa abalizou estudo envolvendo coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos que incluíam o testes de rendimento escolar para o acompanhamento de 603 escolas rurais, com 807 professores e cerca de 7.000 alunos de 2ª e 4ª séries e suas respectivas famílias (THERRIEN, 2016).

Para Sousa (2005 *apud* Gatti, Vianna, Davis, 1991, p.9), o programa foi

planejado para ser desenvolvido no período 1980-1985, em 250 municípios dos estados da região Nordeste do Brasil, tinha como objetivos centrais a ampliação do acesso à escola, da população em idade escolar; a maior eficiência dos processos de escolarização; e, melhor qualidade da educação, a ser traduzida, entre outros indicadores, em melhoria do rendimento escolar dos alunos atendidos pelo programa.

Esses objetivos vinculam-se aos discursos sobre a democratização do acesso à educação no Brasil, visto no âmago dos

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



movimentos sociais, nos anos de 1970 e 1980, materializando-se com a promulgação da Constituição Nacional de 1988 e firmado por meio da LDB de 1996.

Com isso, a educação, direito de todos e dever do estado e da família (BRASIL, 1988), passa a considerar o ensino escolar como propulsor da aquisição de conhecimentos necessários ao exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho.

O artigo 206 da Constituição e o artigo 3 da LDB elencam, dentre outros princípios, a garantia de padrão de qualidade. Assim, para que o disposto seja cumprido, a própria LDB afirma, em seu artigo 9, inciso VI, que a União se responsabilizará de “assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996).

Nesse cenário, desde a garantia do direito à educação pela Constituição de 1988, passando pelo fortalecimento de tal ideal pela LDB de 1996, observamos diversas transformações no tratamento dos processos educativos, promovidos pela pesquisa científica e intensificação da cultura avaliativa, em especial, a de larga escala, para a melhoria da qualidade educacional por meio da promoção e da reestruturação de políticas públicas.

Dentre tantas experiências em avaliação em larga escala realizadas desde o EDURURAL, o Ministério da Educação, juntamente com diversas instituições de pesquisa educacional, implementaram, no ano de 1990, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o qual contou com uma amostra do rendimento escolar de estudantes de instituições públicas que ofertavam as 1^a, 3^a, 5^a e 7^a séries do Ensino Fundamental.



Dentre tantas mudanças acontecidas no SAEB, as maiores ocorreram em 2005, quando este foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, e, em 2013, quando a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC, passou a compô-lo.

Desde a experiência do EDURURAL, perpassando pela LDB/1996 e a criação do SAEB, estados e municípios do Brasil têm dispensado esforços na promoção de políticas avaliativas para aferição do rendimento escolar por meio dos seus próprios sistemas, mesmo que a união tenha instituído exames, índices e indicadores com alcance nacional (LÍBANELO, 2012, p. 265).

Dentre os estados da federação, o Ceará possui forte influência no cenário nacional, visto que o desenvolvimento de estudos e programas se relacionam com práticas avaliativas voltadas para a promoção da educação e, especificamente, para a erradicação do analfabetismo infantil.

Como exemplo de política avaliativa desenvolvida nesse estado, está a criação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) no ano de 1992. A aplicação das avaliações desse sistema abrange os alunos das escolas públicas das redes estaduais e municipais, desde as etapas de Alfabetização até o Ensino Médio.

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Avaliação em larga escala aplicada no estado do Ceará no ciclo de alfabetização

O termo avaliação, como sabemos, relaciona-se com a verificação da qualidade de um determinado objeto para posterior julgamento valorativo, seguido de tomada de decisão. Assim, no decorrer do período letivo, são concebidas pelos docentes distintas condições e tipos de instrumentos avaliativos, para aferição dos resultados dos níveis de aprendizagens dos educandos, pontuando-se os objetivos anteriormente definidos e aqueles que já foram concretizados.

Tomando por base a sala de aula, esses instrumentos variam entre provas, portfólios, trabalhos em grupo, pesquisas, apresentações orais, peças teatrais, entre outros. Assim, ao visualizar os objetivos da avaliação, tal como o sujeito a ser avaliado, é possível eleger os instrumentos adequadamente pertinentes ao processo.

No âmbito escolar brasileiro, observamos diversas avaliações, em diferentes níveis (federal, estadual, municipal), que objetivam acompanhar o desenvolvimento educacional das crianças nas séries iniciais do ensino fundamental. Especificamente, elas aspiram aferir, por meio do instrumento prova, o nível dos alunos em relação à efetivação do processo de alfabetização em língua portuguesa e matemática.

Nessas provas, definem-se como base de construções Matrizes de Referências, elaboradas de acordo com os aspectos globais do conhecimento, os quais as crianças precisam ter adquirido no decorrer do ciclo de alfabetização.

Além disso, suas organizações estruturais e pedagógicas consideram diversos fatores internos, externos e, algumas vezes, intrínseco à escola e ao aluno, intervenientes dos resul-



tados obtidos. Nesse sentido, faremos breve descrição dessas sistemáticas aplicadas nos Estado do Ceará no ciclo de alfabetização, a fim de adquirirmos informações para posteriores análises e comparações entre as mesmas.

Provinha do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC (2º e 3º ano do EF)

A Provinha PAIC surgiu por decorrência da implantação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Esse instrumento faz parte de um dos eixos do programa: o de avaliação.

Ela possui como objetivo avaliar, de forma diagnóstica, as aprendizagens dos alunos que compõe o 2º ano, e que serão os beneficiados pelas ações do PAIC durante todo o ano letivo. Em virtude da criação do Programa Mais PAIC, o 3º ano também passou a realizar essa avaliação.

Por se tratar de uma avaliação diagnóstica, essa prova busca proporcionar aos professores, gestores escolares, secretaria de educação e demais interessados, indicadores de níveis de alfabetização aos quais se encontram as crianças. Esses indicadores servirão de base para a condução do trabalho docente, de modo a promover a regulação da aprendizagem, como propõe as ideias de Perrenoud (1998).

De posse dos resultados da aplicação da avaliação diagnóstica do PAIC, ao início do período letivo, os envolvidos no processo educacional planejam e realizam ações tendo com foco a mudança qualitativa desses resultados ao longo do ano.

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará – SPAECE-Alfa (2º ano do EF)

O SPAECE é uma avaliação externa e censitária, aplicada anualmente ao 2º (SPAECE-Alfa), 5º e 9º ano do ensino fundamental e no 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, das escolas públicas estaduais e municipais do Ceará. As demais séries são avaliadas de forma amostral¹.

Em decorrência dos baixos níveis de alfabetização no estado e por ocasião da criação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC),

Em 2007[...], a Secretaria de Educação realizou uma avaliação da capacidade de leitura dos alunos da rede pública do 2º ano do Ensino Fundamental por meio do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – Alfabetização (Spaece Alfa). De caráter universal, a prova proporcionou uma linha de base para avaliação do PAIC ao longo dos anos (CEARÁ, 2012, p.30).

As provas elaboradas em decorrência dessa avaliação são estruturadas por meio de matriz de referência, porém, as habilidades englobam apenas conhecimentos acerca da língua portuguesa, relacionados à leitura e à escrita.

Os resultados dessa avaliação são organizados em escalas que são utilizadas para verificar em qual dos cinco níveis de alfabetização as crianças se encontram.

Provinha Brasil (2º ano do EF²)

A Provinha Brasil, instituída por meio da Portaria normativa nº 10, de 24 de abril de 2007, estruturada pelo Institu-

¹ A partir de 2013, as turmas de 2ª e 3ª série do ensino médio também passaram a ser avaliadas de forma amostral.

² Desde o segundo semestre de 2016 o MEC suspendeu o envio dessa avaliação aos municípios, com a prerrogativa de mudança nas matrizes de referências, ante a construção na Base Comum Curricular.



to Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e implementada desde 2008, é uma avaliação promovida pelo Governo Federal em parceria com os governos das demais esferas administrativas e algumas instituições educacionais.

Ela possui caráter diagnóstico e é aplicada, em âmbito nacional, nas turmas de 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas, duas vezes ao ano: uma de entrada, no início do período letivo e uma de saída, ao final do período letivo. A fundamentação para avaliar esse período escolar baseia-se na proposta do Plano de metas – Todos pela Educação, que considera forçoso “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico” (BRASIL, 2007).

Essa prova propõe averiguar o desenvolvimento dos conhecimentos referentes à Língua Portuguesa e à Matemática dos alunos que, por no mínimo de um ano, foram submetidos ao processo de alfabetização, sendo essa segunda área incluída apenas a partir de 2011. O intuito dessa inclusão, de acordo com a proposta da avaliação, foi a garantia da ampliação do diagnóstico dos conhecimentos básicos que todos precisam adquirir ao final desse ciclo de estudos.

Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA (3º ano do EF)

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é uma sistemática de caráter externo, universal e censitário. Tem como objetivo diagnosticar o domínio das habilidades dos alunos das escolas públicas municipais ao final do 3º ano do ensino fundamental – final do ciclo de alfabetização – em língua portuguesa e matemática.

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



A ANA integra as ações desenvolvidas no âmbito do Pacto Nacional pela alfabetização (PNAIC), criado por meio da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, que propõe, em seu artigo 1º, “[...] alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específico [...]” (BRASIL, 2012).

Para assegurar a promoção da efetividade dos objetivos, por meio da obtenção dos dados resultantes de sua aplicação, os instrumentos avaliativos da ANA são construídos resguardados em matrizes de referências, uma de língua portuguesa, que abrange conhecimentos acerca dos processos de alfabetização em leitura e escrita, e uma de matemática, que envolve conhecimentos concernentes a números e à álgebra; geometria; grandezas e medidas; e tratamento da informação.

Atualmente, a ANA integra o Saeb, juntamente à Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb, e à Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc ou comumente conhecida, “Prova Brasil”.

Metodologia

O trabalho de natureza qualitativa com cunho descritivo foi feito por meio de pesquisa bibliográfica e documental ante a comparação de cinco categorias, a saber: Matriz de referência; Elaboração do instrumento avaliativo; Aplicação do instrumento avaliativo; Divulgação dos resultados; O que é feito a partir dos resultados.

Consoante Rossman e Rallis (1998) *apud* Creswell (2007), na pesquisa qualitativa o pesquisador pode “desenvolver um nível de detalhes sobre a pessoa ou sobre o local e estar



altamente envolvido nas experiências reais dos participantes (p. 186)”, podendo utilizar um ou mais meios investigativos.

É relevante ressaltar que essa natureza de pesquisa

[...] é fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados. Isso inclui o desenvolvimento de descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias e finalmente, fazer uma interpretação ou tirar conclusões sobre seu significado, pessoal e teoricamente, mencionando as lições aprendidas e oferecendo mais perguntas a serem feitas (ROSSMAN; RALLIS, 1998; WOLCOTT, 1994 *Apud* CRESWELL 2007, p. 186).

A pesquisa descritiva, de acordo com Rudio (2014, p. 71 e 72), preocupa-se em descobrir e observar acontecimentos, podendo aparecer em formas de pesquisa documental, estudo de caso, entre outras. Segundo o autor, “estudando o fenômeno, a pesquisa descritiva deseja conhecer a sua natureza, sua composição, processos que o constituem ou nele se realizam”.

O estudo bibliográfico, para Oliveira (2007, p. 69), vale-se de “estudo direto em fontes científicas”. Ainda, possui como principal objetivo “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 183).

Quanto a pesquisa documental, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 174), caracteriza-se pelas fontes da coleta de informações restringirem-se a documentos, escritos ou não, estabelecendo a ideia de fontes primárias.

Esta técnica, nesse estudo, concretizou-se no levantamento de informações e análises de documentos em sites oficiais, acerca das avaliações descritas. Assim, foram utilizados como principais meios de obtenção dos dados publicações de leis, portarias e orientações sobre todas as sistemáticas, bene-

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



ficiando a percepção do processo de maturidade, bem como de enriquecimento de conceitos, grupos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas (CELLARD, 2008).

Com os resultados auferidos por meio da pesquisa documental e da observação, utilizamos estudos comparativos que, no caso da descrição, como a apresentada neste trabalho, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 107 e 108) “pode averiguar a analogia entre ou analisar os elementos de uma estrutura. Logo, interpretando as ideias das autoras, utilizamos esse método com objetivo de verificar similitudes e diferenças entre as características das sistemáticas avaliativas. Quanto ao esclarecimento dos elementos, o método comparativo concerne, até determinado mote, “apontar vínculos causais, entre os fatores presentes e ausentes (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 108)”.

Resultados

Na sequência, apresentaremos os resultados obtidos ante os objetivos anteriormente estabelecidos e a categorização definida como critério de coleta para dados.

• Matriz de referência

Identificamos que a definição ou a construção da matriz fica a cargo de entes externos àqueles a serem avaliados.

No que concernem às disciplinas, percebemos que as sistemáticas possuem matemática e língua portuguesa em sua estrutura, com exceção do SPAECE-Alfa, que possui apenas língua portuguesa. Quanto aos eixos abordados nessas disciplinas, verificamos total semelhança de uma avaliação para outra.

Na comparação das habilidades pontuadas em cada matriz, apenas a Provinha Paic e o SPAECE-Alfa possuem o mes-



mo quantitativo, podendo ser percebido a discrepância em relação a Provinha Brasil que aponta apenas dez para língua portuguesa.

• **Elaboração do instrumento avaliativo**

Podemos observar que a elaboração de todas as sistêmicas avaliativas ora apresentadas é de responsabilidade de órgãos externos ao contexto avaliado, oriundos do Governo Federal e Estadual.

Esses órgãos são responsáveis por conduzir todo o processo de criação das avaliações, desde a elaboração das matrizes de referência à construção dos itens que comporão os testes avaliativos. Quanto à teoria utilizada para elaboração, percebe-se a predominância da Teoria de Reposta ao Item – TRI³.

Ainda, dependendo da avaliação, são encontrados itens discursivos e de múltipla escolha. A quantidade total de itens em cada prova varia de acordo com a instância (Federal, Estadual), a área do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática), e o ano avaliado (1º, 2º e 3º ano).

• **Aplicação do instrumento avaliativo**

Em sua maioria, por se caracterizarem como avaliações externas, assim como na elaboração, a aplicação dessas provas são realizadas por órgãos externos ao contexto avaliado.

São equipes contratadas pelas instâncias administrativas de cada avaliação, com ressalva para a Provinha Brasil, que é aplicada, a critério do sistema municipal de ensino, pelo próprio professor da turma.

³ A TRI é uma teoria baseada em cálculos estatísticos utilizada na maioria das avaliações em larga escala existentes no Brasil, desde a construção do item que compõe o instrumento avaliativo até o modo de divulgação dos resultados.

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



A aplicação da maioria das avaliações ocorre no quarto bimestre do ano letivo, o que não abre margem para a conclusão e a publicação dos resultados ainda no período letivo vigente. Em alguns casos, a visualização dos resultados é ainda mais conflitante, uma vez que só são recebidos pelos interessados, instituição de ensino, gestores, professores e alunos, no decorrer do ano seguinte, tempo em que os educandos já estão em séries mais avançadas, não sendo possíveis intervenções mais efetivas no processo de ensino-aprendizagem. É o caso do SPAECE-Alfa, que lançam seus resultados entre o final do primeiro e início do segundo semestre do ano seguinte de realização da prova e, como caso ainda mais extremo, a ANA que tem divulgado apenas meados do segundo semestre do ano seguinte.

No caso da Provinha Brasil, essa visualização dependerá exclusivamente da Secretaria Municipal de Educação, visto que toda a organização após o recebimento dos cadernos de prova fica a critério desta.

Na Provinha PAIC, a organização é semelhante à Provinha Brasil, porém, é disponibilizado pela instituição elaboradora, no caso, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, uma plataforma para sistematização dos resultados com data para início e finalização dos trabalhos.

Quanto à correção, o que nos chamou maior atenção foi a Provinha Brasil que, mesmo tendo características de instrumento externo, possui como corretor da turma avaliada o próprio professor.

*** Divulgação dos resultados**

A divulgação dos resultados de cada sistemática é feita de forma variada. Algumas se fundamentam na Teoria de Resposta ao Item, disponibilizando em escalas de proficiências, cons-



truídas com base na alocação dos alunos em diferentes níveis de conhecimentos, os quais devem ser adquiridos no decorrer do ciclo de alfabetização. Outras utilizam a Teoria Clássica dos Testes, baseando-se apenas na média do somatório de acertos e notas de cada sujeito.

Dependendo da abrangência e da instância administrativa, a publicação desses resultados é feita por sistemas de ensino, seja ele federal, estadual ou municipal, por unidade escolar, por turma e por aluno em sites oficiais ou plataformas específicas para tais fins. O acesso, em alguns casos, é disponibilizado apenas para os sistemas de ensino ou responsáveis diretos pela instituição educativa, não existindo publicação. Em outros casos, é disponibilizado para toda a sociedade, seja como forma de retorno das ações desenvolvidas por meio de políticas públicas, seja para realização de pesquisa por meio da comunidade científica, para premiações específicas, ou simplesmente para consultas.

Nos casos em que não há publicação, a tabulação dos dados da avaliação, bem como a visualização dos resultados, são realizadas em plataformas sistematizadas com acesso restrito.

• O que é feito a partir dos resultados

A tabela a seguir faz referência à efetivação das propostas avaliativas para com o retorno à sociedade ante as ações de melhoria da qualidade educacional.

Tabela 1: Panorama dos objetivos do uso dos resultados das avaliações da alfabetização.

	O que é feito por meio dos resultados?
Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA	Promoção e reestruturação de políticas públicas para alfabetização.

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
 NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
 RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Provinha Brasil	Ações de planejamento e replanejamento da prática de ensino por parte do professor.
Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará – SPAECE-Alfa	Promoção e reestruturação de políticas públicas para alfabetização. Premiação de escolas com melhores resultados. Apoio às escolas com piores resultados. Repasse do ICMS para os municípios.
Provinha Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC	Ações de planejamento e replanejamento da prática de ensino por parte do professor.

Fonte: Da pesquisa.

Mesmo que sejam apontadas ações de reestruturação e criação de políticas para a melhoria da educação, isso, de modo geral, é genérico e inperceptível de forma concreta.

Considerações finais

O acompanhamento e a visualização sistemática do desenvolvimento da alfabetização e do letramento durante os três primeiros anos do Ensino Fundamental é, sem dúvidas, imprescindível à prática pedagógica do professor, que possui como objetivo final a efetivação da aprendizagem do educando.

Diante do estudo realizado, podemos perceber que, no Brasil, esse acompanhamento segue uma trajetória de fortalecimento por meio da inclusão de sistemáticas avaliativas em larga escala no meio educacional.

Se por um lado evidencia-se que a inclusão desse tipo de avaliação se tornou necessário para visualizar a real situação de como se encontra o nível de aprendizado dos alunos, sem a influência de agentes internos ao processo educativo, por outro, de acordo com o estudo ora exposto, percebemos que a lógica



como isso vem ocorrendo perpassa essa necessidade, deixando de ser um instrumento de auxílio ao professor, para ser um mero instrumento de controle e regulação (CATANI, OLIVEIRA E DOURADO, 2002 Apud LIBÂNEO, 2012), o que reduz os momentos destinados aos reais exercícios de diagnósticos de aprendizagem, corroborando, portanto, para a ineficiência das reflexões das práticas pedagógicas dos professores.

Nessa pesquisa, de acordo com a descrição das avaliações e os resultados obtidos e na comparação das mesmas, podemos identificar a existência de variados e distintos instrumentos e momentos avaliativos no ciclo de alfabetização, todavia, em alguns casos, sem delineamento claro e concreto dos objetivos que se pretendem atingir, bem como das ações desencadeadas por meio da visualização dos resultados adquiridos no decorrer e ao final desse processo. Isso pode ser observado já na organização estrutural dessas avaliações.

A existência de aplicações de instrumentos avaliativos no ciclo de alfabetização nos torna evidente que essas avaliações deveriam possuir como objetivo principal de suas propostas o diálogo entre si, de modo a proporcionar, tanto aos sistemas educacionais como aos gestores professores e alunos, o acompanhamento sistemático do desenvolvimento escolar dos sujeitos submetidos aos testes, o que contribui para a produção de diagnósticos de aprendizagem que não seja tardio e para a reflexão efetiva das práticas pedagógicas do professorado.

Outrossim, o grande quantitativo de instrumentos para avaliar o mesmo processo, porém, sem conexão evidente entre si, colabora para o aumento da sobrecarga em todos os setores responsáveis pela execução dos trabalhos oriundos dessas avaliações, afetando, notadamente, professores e alunos, de modo a comprometer diretamente a qualidade da ação educativa.

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Além de todas essas percepções, como proposição acerca desses instrumentos, podemos aferir que a unificação destes, já que suas execuções permeiam iguais ambientes, pode gerar redução de gastos de recursos públicos financeiros destinados à implementação dessas avaliações.

Visto a fragilidade observada nas estruturas das avaliações aqui discutidas, torna-se necessário o aprofundamento de pesquisas como essas, que venham a relacionar os objetivos elencados por essas sistemáticas, com a consecução do uso de seus resultados para o acompanhamento pedagógico das ações docentes e a real melhoria do ensino e da aprendizagem dos alunos do ciclo de alfabetização.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em dezembro de 2017.

_____. **PORTARIA Nº 867, DE 4 DE JULHO DE 2012**. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Disponível em: https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=POR&num_ato=00000867&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=MEC>. Acesso em 2017.

CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem**: o Programa



Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará / Secretaria da Educação, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Fortaleza: SEDUC, 2012.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GATTI, B. A. O Rendimento escolar em distintos setores da sociedade. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n.7, p.95-112, jan./jun. 1993.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCONI. M. A., LAKATOS. E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo : Atlas 2003.

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens, entre duas lógicas**. Porto Alegre, Artmed, 1998.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THERRIEN, J. **Algumas lições da avaliação do programa EDURURAL/NE – 1981-1985**. Disponível em: < <http://jacquestherrien.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Li%C3%A7%C3%B5es-da-Avalia%C3%A7%C3%A3o-do-EDURURAL-NE-1981-85.pdf> >. Acesso em 2017.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Avaliação educacional: teoria, planejamento e modelos**. São Paulo: Ibrasa, 2000.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO